



## **PORTARIA N.º ... /2024**

O Programa *Ingress@*, criado em 2021, tem constituído uma oportunidade para os jovens da Madeira e do Porto Santo, detentores de licenciatura, mestrado ou doutoramento, poderem adquirir uma experiência prática, consonante a sua área de formação académica, dotando-os do conhecimento e perfil necessários, conducentes à sua integração no mercado de trabalho.

Atendendo à implementação e balanço efetuado a este programa, importa introduzir algumas alterações ao mesmo, como forma de agilizar procedimentos e de responder de modo mais efetivo às necessidades dos candidatos e das entidades enquadradoras.

Neste sentido, através da presente Portaria, o montante da compensação monetária passa a ser fixada por despacho anual do Diretor Regional de Juventude, a restrição de participação no programa uma única vez é eliminada, bem como o universo dos destinatários do programa é alargado aos jovens detentores de curso técnico superior profissional.

Desta forma, estas alterações permitem uma maior flexibilidade na definição dos montantes a auferir pelos estagiários em função do seu grau académico, garantem um incremento à aquisição de competências numa perspetiva socioprofissional, bem como possibilitam a abrangência de mais jovens com qualificação superior, sendo deste modo um programa com uma resposta mais efetiva, para este segmento da juventude que está numa fase de construção de uma trajetória profissional.

Foram cumpridas todas as formalidades exigidas para a elaboração desta Portaria, nos termos do artigo 98.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual.



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
**SECRETARIA REGIONAL DE INCLUSÃO E JUVENTUDE**

Nestes termos, manda o Governo Regional da Região Autónoma da Madeira, através da Secretária Regional de Inclusão e Juventude, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 69.º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma da Madeira, aprovado pela Lei n.º 13/91, de 5 de junho, revisto e alterado pelas Leis n.ºs 130/99, de 21 de agosto e 12/2000, de 21 de junho, conjugado com as alíneas n) e o) do artigo 3.º e a alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2024/M, de 22 de janeiro, e a alínea d) do n.º 1 e o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 16/2020/M, de 2 de março, o seguinte:

**Artigo 1.º**

**Objeto**

1. A presente Portaria aprova e regulamenta o programa *Ingress@*.
2. O programa *Ingress@* é promovido pela Secretaria Regional de Inclusão e Juventude, através da Direção Regional de Juventude (DRJ).
3. Não ficam abrangidos pela presente portaria os estágios curriculares de quaisquer cursos.
4. O programa *Ingress@* não gera nem titula relações de trabalho subordinado, caducando no seu termo.

**Artigo 2.º**

**Objetivos**

O programa *Ingress@* tem os seguintes objetivos:

- a) Estimular a capacidade empreendedora dos jovens, na construção de um percurso profissional contínuo e dinâmico;
- b) Possibilitar um processo formativo numa perspetiva profissionalizante, em contexto real, para jovens com a sua formação académica finalizada ou em fase de conclusão;



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
**SECRETARIA REGIONAL DE INCLUSÃO E JUVENTUDE**

- c) Intensificar a aquisição de aptidões transversais dos jovens em termos pessoais e socioprofissionais, numa lógica de emancipação e ingresso no mercado de trabalho;
- d) Potenciar o reforço de sinergias de cooperação entre entidades do setor público e privado, na criação de mecanismos de formação e emprego, no setor da juventude.

Artigo 3.º

**Destinatários**

1. Podem participar no programa *Ingress@* os jovens que reúnam cumulativamente os seguintes requisitos:
  - a) Tenham concluído o ensino universitário em Portugal ou no estrangeiro que confira o grau de licenciatura, mestrado ou doutoramento, ou sejam detentores de curso técnico superior profissional;
  - b) Tenham idade máxima de 30 anos, à data do início do estágio;
  - c) Tenham domicílio fiscal na Região Autónoma da Madeira;
  - d) Não se encontrem a exercer qualquer atividade profissional remunerada, independentemente do título ou qualificação do vínculo existente, à data do início do estágio.
2. Os jovens que já tenham participado, em anos anteriores, no Programa *Ingress@* não podem indicar a mesma entidade enquadradora.
3. Em cada ano civil, só é possível efetuar uma candidatura a programas de estágio da DRJ, pelo que ao submeter uma candidatura ao programa *Ingress@*, fica automaticamente impedido de apresentar candidatura ao programa Estágios de Verão e vice-versa.



## Artigo 4.º

### **Entidades enquadradoras**

1. Consideram-se entidades enquadradoras do programa *Ingress@*, as seguintes entidades:
  - a) Entidades Públicas;
  - b) Entidades privadas sem fins lucrativos;
  - c) Empresas privadas.
2. As entidades enquadradoras devem reunir cumulativamente os seguintes requisitos:
  - a) Estar regularmente constituídas;
  - b) Ter a situação regularizada perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social;
  - c) Não se encontrar em situação de incumprimento perante a DRJ.

## Artigo 5.º

### **Atividades do estágio**

As atividades a desenvolver no estágio devem estar relacionadas com o curso frequentado pelo jovem e com a atividade desenvolvida pela entidade enquadradora.

## Artigo 6.º

### **Duração**

1. O programa *Ingress@* tem a duração de 3 meses consecutivos, a decorrer entre 1 de junho e 30 de novembro.
2. O período de estágio é definido de acordo com a disponibilidade do candidato e da entidade enquadradora, devendo começar no 1.º dia útil do mês e estar concluído até 30 de novembro.



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
**SECRETARIA REGIONAL DE INCLUSÃO E JUVENTUDE**

**Artigo 7.º**

**Horário**

1. A atividade a prestar pelo estagiário não deve exceder as 35 horas semanais, a decorrer preferencialmente durante os dias úteis e em horário diurno.
2. O período de ocupação deve ser repartido por dois períodos de três horas e meia, devendo haver um intervalo de, pelo menos, uma hora para a refeição.
3. A atividade pode ser realizada no regime de jornada contínua, não podendo ser superior a 6 horas diárias, com um período de descanso de 30 minutos, nem ultrapassar o limite das 30 horas semanais.

**Artigo 8.º**

**Candidaturas**

1. O prazo de candidatura é definido anualmente por Despacho do Diretor Regional, com competência em matéria de juventude.
2. A candidatura é apresentada mediante o preenchimento de formulário *online*, acompanhado de todos os documentos exigidos e com a indicação da entidade onde pretende fazer o estágio.
3. O formulário de candidatura deve ser acompanhado de uma declaração da entidade enquadradora, conforme minuta disponibilizada pela DRJ.
4. Os jovens têm o prazo máximo de 10 dias úteis para apresentar os esclarecimentos e/ou entrega de elementos instrutórios complementares.
5. A não entrega dos documentos exigidos no formulário de candidatura ou a não prestação dos esclarecimentos solicitados, tem como consequência o seu indeferimento.



## Artigo 9.º

### Seleção de candidaturas

1. A seleção das candidaturas atende, prioritária e sucessivamente, aos seguintes critérios:
  - a) Nunca ter participado no programa *Ingress@*;
  - b) Habilitações literárias do candidato, sendo dada preferência aos jovens que possuam maior grau de ensino;
  - c) Idade do candidato, sendo dada preferência aos jovens com maior idade;
  - d) Registo de entrada da candidatura.
2. As vagas a ocupar no programa *Ingress@* estão condicionadas ao orçamento disponível da DRJ para o presente programa, sendo as candidaturas aprovadas até o limite do número de vagas disponíveis, para cada ano civil.

## Artigo 10.º

### Aprovação das candidaturas

1. As candidaturas são aprovadas pela DRJ, quando preenchidos os requisitos de acesso ao programa *Ingress@*.
2. As candidaturas podem ser indeferidas, nomeadamente, pelos seguintes motivos:
  - a) Não reunir os requisitos de acesso ao programa;
  - b) Não entrega dos documentos exigidos;
  - c) Indisponibilidade orçamental do programa.

## Artigo 11.º

### Direitos dos jovens

Os jovens colocados no âmbito do presente programa têm direito:



- a) Compensação monetária num valor definido anualmente por despacho do Diretor Regional de Juventude, tendo em conta os diferentes níveis de qualificação;
- b) Seguro de acidentes pessoais;
- c) Certificado de participação.

### Artigo 12.º

#### **Deveres dos jovens**

São deveres dos jovens:

- a) Efetuar o estágio com assiduidade e pontualidade;
- b) Desenvolver as suas tarefas de acordo com a candidatura aprovada;
- c) Cumprir as normas e regulamentos da entidade enquadradora;
- d) Abster-se da prática de qualquer ato do qual possa resultar prejuízo ou descrédito para a entidade enquadradora;
- e) Zelar pela utilização dos bens e instalações postos à sua disposição;
- f) Informar a DRJ sempre que a entidade enquadradora o incumba de tarefas distintas das previstas na candidatura;
- g) Preencher o questionário de satisfação;
- h) Assumir as demais obrigações constantes da presente portaria.

### Artigo 13.º

#### **Regime de faltas**

1. Durante o programa, será aplicável aos participantes o regime de faltas previsto no Código do Trabalho, com as devidas adaptações.
2. As faltas, ainda que justificadas, implicam a perda da compensação monetária correspondente, exceto em casos devidamente justificados e aceites pela DRJ.
3. Para efeitos de assiduidade, é considerado falta a não comparência no local de estágio, mesmo que a ausência seja apenas referente a uma parte do dia.



Artigo 14.º

**Exclusão do programa**

São excluídos do programa os jovens que:

- a) Faltem nos dois primeiros dias do início de prestação da atividade, sem aviso prévio;
- b) Faltem injustificadamente durante três dias consecutivos ou cinco interpolados;
- c) Aleguem motivos comprovadamente falsos para a justificação de faltas;
- d) Provoquem danos ou distúrbios durante o estágio;
- e) Não cumpram as obrigações constantes da presente portaria.

Artigo 15.º

**Deveres das entidades enquadradoras**

1. Compete às entidades enquadradoras:

- a) Garantir o acompanhamento pedagógico dos estagiários, de modo a contribuir para a aquisição de novos conhecimentos práticos que complementem e contribuam para a sua formação;
- b) Nomear um orientador que detenha competências que garantam a supervisão do estagiário;
- c) Assegurar a existência das infraestruturas necessárias e fazer respeitar as condições de segurança, higiene e saúde no local do estágio, nos termos legais;
- d) Atribuir aos estagiários atividades e horários, enquadrados com a candidatura aprovada;
- e) Zelar pelo cumprimento, por parte dos jovens, das obrigações inerentes à participação no programa;
- f) Informar a DRJ da ocorrência de situações anómalas, que possam pôr em causa a integridade física ou psíquica do jovem colocado, bem como do incumprimento do presente regulamento, por parte do mesmo;





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
**SECRETARIA REGIONAL DE INCLUSÃO E JUVENTUDE**

- g) Controlar e registar a assiduidade do participante, mediante o preenchimento do mapa disponibilizado pela DRJ, no prazo máximo de dois dias úteis, após a conclusão de cada mês;
  - h) Comunicar de imediato à DRJ as faltas e as desistências do estagiário;
  - i) Preencher um questionário de avaliação, findo o período de atividade, quando solicitado.
2. A DRJ pode cessar a respetiva colocação, no caso em que as entidades enquadradoras afetem os estagiários a outras atividades e ou horários, não previstos na candidatura.

**Artigo 16.º**

**Deveres da DRJ**

Compete à DRJ:

- a) Assegurar o pagamento da compensação monetária aos estagiários, por cada mês de atividade prestada;
- b) Garantir que os jovens estejam cobertos por um seguro de acidentes pessoais;
- c) Emitir um certificado de participação.

**Artigo 17.º**

**Pagamentos**

As compensações monetárias são pagas através de transferência bancária para a conta indicada pelo jovem, aquando da sua candidatura.

**Artigo 18.º**

**Incumprimento**

As entidades enquadradoras que, injustificadamente, não cumpram as suas obrigações, podem ficar impedidas de beneficiar dos programas juvenis promovidos pela DRJ, pelo prazo de dois anos.



Artigo 19.º

**Financiamento do programa**

O financiamento deste programa é assegurado através do orçamento da DRJ.

Artigo 20.º

**Interpretação de dúvidas e integração de lacunas**

As dúvidas e a eventual resolução de lacunas que possam vir a ser suscitadas pela aplicação desta Portaria são decididas pela Secretária Regional de Inclusão e Juventude, sob proposta da DRJ.

Artigo 21.º

**Norma revogatória**

São revogadas as Portarias n.ºs 63/2021, de 3 de março e 103/2022, de 28 de fevereiro.

Artigo 22.º

**Entrada em vigor**

A presente Portaria entra em vigor no dia útil seguinte ao da sua publicação.

Secretaria Regional de Inclusão e Juventude, no Funchal, aos dias do mês de de 2024.

A SECRETÁRIA REGIONAL DE INCLUSÃO E JUVENTUDE,

---

(Ana Maria Sousa de Freitas)